


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CRIMINAL
RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **0014044-54.2016.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Rafael de Oliveira Batista**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Roberto Raineri Simão**

Vistos.

Rafael Oliveira Batista, (portador do RG nº 47.851.890, filho de José Carlos Batista e Maria Zenilda de Oliveira, nascido aos 14/10/1990), foi denunciado como incurso no artigo 157, § 1º, do Código Penal, porque, segundo a denúncia, no dia 14 de outubro de 2016, por volta das 12h40min, na Rua Aureliano Ricardo da Silva, nº 202, Centro, na cidade de Nova Europa/SP, onde funciona o estabelecimento comercial denominado "Mercado Marconato", logo após subtrair, para si, cinco garrafas de vodca da marca Askov, de diversos sabores, empregou grave ameaça contra a vítima *Aparecida de Lourdes Marconato*, a fim de assegurar a impunidade do crime e a detenção para si, da coisa subtraída.

Consta da denúncia que o acusado dirigiu-se ao "Mercado Marconato", e, de posse de uma sacola grande, adentrou ao local, e, passou a caminhar pelos corredores, despertando, inclusive, a atenção da proprietária e funcionários do estabelecimento. Segundo a denúncia, a vítima *Aparecida* dele aproximou-se, momento em que o acusado questionou-a se lá tinha determinada marca de cerveja, no que foi informado pela vítima que não tinha, saindo, então, de perto dele.

Consta também que, assim que o acusado colocou cinco garrafas da vodca Askov dentro da sacola que trazia nas mãos, bem como pegou outros produtos, dirigiu-se ao caixa e efetuou o pagamento apenas desses outros produtos. Na saída, a vítima *Aparecida* chegou até ao acusado e pediu, por duas vezes, para ver a sua sacola, pois estava "*ouvindo barulho de garrafas baterem*", o que não foi permitido por ele, justificando, inicialmente, que ali tinha apenas uma blusa, para depois dizer "*aqui tem drogas*".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por fim, relata a exordial que o acusado foi saindo do estabelecimento, quando a vítima disse que chamaria a polícia, momento em que passou a ameaça-la, para assegurar a impunidade e a detenção, para si, da *res furtiva*, pois, prometeu quebrar todo o estabelecimento, caso ela assim agisse.

O acusado foi reconhecido pela vítima (fls. 11).

Com base nas informações contidas nos autos, o Ministério Público ofereceu denúncia e foi ela recebida em 27 de janeiro de 2017 (fls. 42).

Citado por edital, ficou o processo e o prazo prescricional suspenso, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, de 02/05/2017 à 15/04/2018, quando foi citado pessoalmente (fls. 77).

Veio aos autos resposta à acusação (fls. 90/92), sem preliminares.

Não havendo as hipóteses para absolvição sumária, foi designada audiência de instrução e julgamento, ocasião em foram ouvidas a vítima, 01 (um) testemunhas comum à acusação e defesa e, por fim, o réu foi interrogado.

O Ministério Público requereu, após a análise do conjunto probatório, a parcial procedência da ação, desclassificando o delito para furto simples. De outra parte, o Dr. Defensor requereu a desclassificação do delito para furto simples ou absolvição por atipicidade material, reconhecendo-se o princípio da bagatela ou, subsidiariamente, em caso de condenação, o reconhecimento do furto privilegiado, substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos e aplicação da circunstância atenuante da confissão espontânea e, se o caso for, *sursis*.

É o relatório.

DECIDO.

O pedido deve ser parcialmente acolhido.

A materialidade do delito vem comprovada pelo conjunto probatório, notadamente pela prova oral colhida nos autos, bem como pelo auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 15 e auto de avaliação de fls. 07.

A autoria, igualmente, encontra-se bem demonstrada nos autos.

A vítima *Aparecida de Lourdes Marconato*, representante do estabelecimento comercial, relatou que o acusado adentrou ao local, portando uma sacola vazia, saiu com ela cheia, passando pelo caixa e pagando somente por alguns objetos (como pães). A vítima Aparecida disse que naquele momento se aproximou dele e a questionou a respeito dos objetos que estavam dentro da sacola. Esclareceu que o acusado ignorou a abordagem e foi saindo do estabelecimento, quando ela disse que chamaria a polícia. A vítima aduziu que o acusado retrucou-a dizendo que voltaria ao


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CRIMINAL
RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

local e quebraria tudo, caso acionasse a polícia. Por fim, negou qualquer agressão ou outra ameaça por parte do acusado.

A testemunha *Evaneide Teixeira de Oliveira*, funcionária do estabelecimento comercial, esclareceu que viu o acusado entrando ao local, portando uma sacola vazia e saindo com ela cheia. A testemunha disse que deu para ouvir barulhos de garrafas batendo dentro da sacola. Segundo a testemunha Evaneide, a vítima Aparecida se aproximou dele e o questionou a respeito dos objetos que estavam dentro da sacola. Esclareceu ainda, que o acusado ignorou a abordagem da vítima e foi saindo do estabelecimento, quando ela disse que chamaria a polícia. Por fim, relatou que o acusado não agrediu nem ameaçou a vítima.

Interrogado, o réu assumiu a autoria do crime. Relatou como ocorreram os fatos descritos na denúncia, negando as ameaças contra a vítima.

Pois bem. Pelo que se verifica dos autos, o acusado dirigiu-se ao "Mercado Marconato", e, de posse de uma sacola, adentrou ao local e colocou cinco garrafas da vodca Askov dentro da sacola que trazia nas mãos. O acusado dirigiu-se ao caixa e efetuou o pagamento apenas de alguns outros produtos. Na saída, a vítima *Aparecida* chegou até ao acusado e lhe pediu para ver a sua sacola, pois estava "*ouvindo barulho de garrafas baterem*" (conforme relatado pela testemunha Evaneide). O acusado foi saindo do estabelecimento, quando a vítima disse que chamaria a polícia, momento em que o acusado disse que voltaria e quebraria todo o estabelecimento, caso ela assim agisse.

Não há dúvida a subtração, mas o mesmo não há quanto à grave ameaça, pois dizer que "*voltará e quebrará tudo, caso a vítima chame a polícia*" não é grave ameaça. A própria vítima e a testemunha, ouvidas em juízo, negou qualquer outro tipo de ameaça grave por parte do acusado.

Portanto, de rigor se considerar que não restou configurado o roubo impróprio, mas sim furto simples.

Anoto, que cabe ao juiz, nos termos do artigo 383 do Código de Processo Penal atribuir a correta definição jurídica ao fato, de modo que desclassifico para o delito de furto consumado, uma vez que houve a inversão da posse do bem subtraído.

Diante desse quadro fático, que não mereceu versão discrepante, impõe-se o desate condenatório, assinalando-se que, no caso em tela, o delito de furto simples ficou cabalmente comprovado.

Como se verifica pela prova produzida amplamente, não merece prosperar a tese da defesa. Não há falar em aplicação do princípio da bagatela. O prejuízo foi em R\$ 89,50 (oitenta e nove reais e cinquenta centavos), de modo que, respeitados entendimentos contrários, falta espaço



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

para a aplicação do postulado da insignificância, posto que o denominado “furto de bagatela” seria aquele juridicamente irrelevante, em que é possível de ser reconhecida uma causa supra legal de exclusão de tipicidade.

Assim, leciona o Magistrado Guilherme de Souza Nucci:

“O Direito Penal não se ocupa de insignificâncias (aquilo que a própria sociedade concebe ser de somenos importância), deixando de ser considerado fato típico a subtração de pequeninas coisas de valor nitidamente irrelevante (...) Não se deve exagerar, no entanto, na aplicação do princípio da bagatela, pois o que é irrelevante para uns pode ser extremamente importante para outros” (Código Penal Comentado, 14ª edição, p. 822).

A jurisprudência somente aceita a aplicação do princípio da insignificância em casos e situações bastante restritas e o próprio Código Penal já resolve a questão consignando, expressamente, que em caso de pequeno valor existe a possibilidade de aplicação do parágrafo 2º do art. 155 do CP, desde que preenchidos seus requisitos.

Neste sentido, atenta ao valor da res, decisão do E. STJ:

“Demonstração de um plus de reprovabilidade suficiente a ensejar a tipicidade material, não havendo como reconhecer o caráter bagatelar do comportamento imputado, pois a afetação do bem jurídico tutelado não se mostra ínfima, ainda que considerado o pequeno valor de tudo o que foi furtado, algo em torno de R\$ 80,00 reais” (HC 255.697/RS, Rel. Ministra Maria Thereza De Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 05/08/2014, DJe 28/10/2014).

Entendimento em harmonia com a posição da Corte Suprema:

“O princípio da insignificância incide quando presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: (a) mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) grau reduzido de reprovabilidade do comportamento, e (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. 2. A aplicação do princípio da insignificância deve, contudo, ser precedida de criteriosa análise de cada caso, a fim de evitar que sua adoção indiscriminada constitua verdadeiro incentivo à prática de pequenos delitos patrimoniais. 3. O valor da res furtiva não pode ser o único parâmetro a ser avaliado, devendo ser analisadas as circunstâncias do fato para decidir-se sobre seu efetivo enquadramento na hipótese de crime de bagatela, bem assim o reflexo da conduta no âmbito da sociedade” (STF, HC 122547, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, j. 19/08/2014, g.n.).

Assim, no presente caso, rejeitada da tese da insignificância e operada a desclassificação do delito, é de rigor a parcial procedência da ação.

Na aplicação da pena, observo que o réu é primário, é de pequeno valor o objeto da subtração, motivo pelo qual reconheço em seu favor a figura prevista no § 2º, do art. 155, do Código Penal e aplico-lhe tão somente a pena de dez dias-multa, no valor unitário mínimo, diante sua situação econômica.

Diante do exposto e considerando tudo mais que dos autos consta, **JULGO**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela Justiça Pública contra **Rafael Oliveira Batista**, (portador do RG nº 47.851.890, filho de José Carlos Batista e Maria Zenilda de Oliveira, nascido aos 14/10/1990), **CONDENANDO-O** à pena de **dez (10) dias-multa, no unitário mínimo legal**, corrigidos desde a época dos fatos, por incurso no art. 155, "caput" e § 2º do Código Penal.

Com fundamento no artigo 4º, parágrafo 9º, alínea "a", da Lei Estadual nº 11.608/03, o acusado arcará com o pagamento de cem UFESP's a título de custas, observando se o caso o artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Registre-se oportunamente, com expedição das comunicações de praxe.

Sem prejuízo, cumpra-se o primeiro paragrafo dos termos da deliberação de fls. 145.

P.R.I.C.

Araraquara, 09 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**